

# Poder, resistência e indisciplina escolar: a perspectiva docente sobre os comportamentos transgressores dos alunos

Power, resistance and school indiscipline:  
the perspective of teachers about  
students' behaviors offenders

Antonio Igo Barreto PEREIRA<sup>1</sup>  
Vera Lúcia BLUM<sup>2</sup>

## Resumo

Esta exposição tem por objetivo apresentar algumas análises sobre as articulações dos saberes e práticas docentes no enfrentamento da indisciplina escolar. Foram examinados relatos de professores de uma escola pública da cidade de Cruzeiro do Sul-AC tendo como referência Foucault, Maffesoli e Freud, que tratam os comportamentos transgressores como produtos da dinâmica social e fontes de resistência ao totalitarismo. Os resultados foram: verificação de que não há como eliminar a indisciplina, pois ela é fruto das relações de poder próprias da escola; a postura moderada e democrática do professor pode amenizar os mal-estares e tensões da sala de aula.

**Palavras-chave:** Saberes e Práticas Docentes. Indisciplina Escolar. Resistência. Relações de Poder.

## Abstract

This exhibition aims to present some analysis on the joints of knowledge and teaching practices in confrontation with the school indiscipline. We examined reports of teachers at a public school in the city of Cruzeiro do Sul-AC with reference in Foucault, Maffesoli and Freud, that treat offenders behaviors as products of social dynamics and sources of resistance to totalitarianism. The results were: verification that there is no way to eliminate indiscipline, because it is the result of power relations own school; moderate and democratic teacher's posture can ease the discomforts and tensions of the classroom.

**Keywords:** Knowledge and Teaching Practices. School Indiscipline. Resistance. Power Relations.

- 
- 1 Doutorando em Educação pela UFSCar, mestre em Educação pela UFMT e professor da UFAC. Grupos de pesquisa: Teoria Crítica e Educação (UFSCar) e Estudos e Pesquisas em Cultura Escolar e Trabalho Docente (UFAC). Endereço: Campus Universitário, Rodovia BR 364, nº 6637 – Distrito Industrial – Rio Branco/AC. CEP: 69.915-900. Fone: (68)3901-2522. E-mail: <igo.ufac@gmail.com>.
  - 2 Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Mestre em Lógica e Filosofia da Ciência pela UNICAMP. Professora Adjunta do Departamento de Psicologia, Instituto de Educação da UFMT. Grupo de Pesquisa: Psicologia e Civilização (UFMT). Endereço: Av. Fernando Correa da Costa, 2367 – Boa Esperança – 78.060-900 – Cuiabá/MT. Fone: (65) 3615-8439. E-mail: <verablum@terra.com.br>.

R. Educ. Públ.	Cuiabá	v. 23	n. 54	p. 739-757	set./dez. 2014
----------------	--------	-------	-------	------------	----------------

## Introdução

Na sala de aula a indisciplina tem se tornado um dos principais obstáculos para a realização do trabalho pedagógico, pelo menos é o que relata a maioria dos professores. Para que se tenha uma ideia da dimensão que esse fenômeno vem tomando no espaço escolar, basta observar as pautas das reuniões de pais, os encontros pedagógicos e as conversas em corredores e salas de professores. O que mais se ouvirá, sem sombra de dúvida, serão queixas dos comportamentos indisciplinados dos alunos. Como mostra Aquino (1996, p. 40, grifos do autor):

Os relatos dos professores testemunham que a questão da indisciplina é, atualmente, uma das dificuldades fundamentais quanto ao trabalho escolar. Segundo eles, o ensino teria como um de seus obstáculos centrais a conduta desordenada dos alunos, traduzida em termos como: *bagunça, tumulto, falta de limite, maus comportamentos, desrespeito às figuras de autoridade etc.*

Além de Aquino (2003, 1996), outros pesquisadores também indicam a gravidade da indisciplina escolar e a urgência em se discuti-la, entre eles destacam-se: Estrela (1992), Fleuri (2008), Gotzens (2003), La Taille (2006, 1996) e Pedro-Silva (2004). Esses autores confirmam a percepção de que a indisciplina, por representar, atualmente, um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento das funções da escola, precisa ser tratada com prioridade entre as preocupações e estudos educacionais, a fim de não comprometer, ainda mais, as ações educativas, posto que os professores e demais agentes escolares, sobrecarregados, se confessam frustrados, desgastados e impotentes perante os conflitos com que se defrontam cotidianamente no seu ambiente de trabalho.

Frente a essa situação, como se tem estruturado o fazer pedagógico na escola para lidar com a indisciplina dos alunos? Que tipo de encaminhamento tem sido dado às situações de conflito geradas pela indisciplina?

Diante da complexidade e da incerteza que permeiam o tratamento da indisciplina, os professores tomam atitudes guiadas, implícita ou explicitamente, por saberes do fazer pedagógico, que podem tanto minimizar como agravar ainda mais as situações de conflito em sala de aula. A prática pedagógica utilizada pelo professor pode ajudar na estruturação de um espaço amistoso onde haja o respeito mútuo, a participação ativa e a valorização das potencialidades individuais dos alunos. Porém, a prática docente também pode gerar mais ranhuras nas relações conflituais e inflar, em proporções ainda maiores, o clima de tensão presente na sala de aula, a ponto de em alguns momentos transformar esse ambiente num verdadeiro caos.

O objetivo geral do estudo que deu origem a esse texto foi justamente analisar os elementos constitutivos e as articulações dos saberes e práticas docentes no enfrentamento da indisciplina escolar e procurar compreender suas implicações na estruturação das relações pedagógicas.

Para analisar a temática proposta no estudo trilhou-se o caminho da pesquisa qualitativa, referendado por Bogdan e Biklen (1994), e foram utilizados como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada e o grupo de discussão. O trabalho de campo foi desenvolvido com 18 professores de uma escola estadual de Ensino Fundamental do município de Cruzeiro do Sul -AC.

As entrevistas foram realizadas individualmente com os professores, na intenção de identificar os elementos que explicitam as articulações que são estabelecidas entre os saberes construídos sobre a indisciplina e as práticas realizadas para encaminhar as situações em que esse fenômeno aparece. Após a realização das entrevistas, foi feita uma análise preliminar dos dados coletados, a fim de se identificar os principais pontos conflitantes e/ou recorrentes nas falas dos professores.

No segundo momento da coleta de dados, foi organizado um grupo de discussão com os professores participantes da pesquisa, para abordar os pontos destacados no primeiro levantamento e que precisavam de ampliação e esclarecimento. O propósito de agrupar os professores foi justamente para observar suas visões, posições, reações e reelaborações de pontos de vista no confronto com os diferentes saberes e práticas que construíram e utilizam em seu cotidiano. Esse procedimento se assemelha à técnica do grupo de opinião ou *grupo focal*, conforme apresentado por Gatti (2005).

Como aporte teórico para fundamentar a pesquisa foram destacados: Foucault (2007), com seu detalhado estudo sobre a disciplina, em que considera a escola como uma instituição eminentemente disciplinar, responsável por docilizar e dar utilidade aos corpos; Maffesoli (2004, 1987, 1985), que considera o conflito e a indisciplina como formas de resistência às imposições arbitrárias e como parte do processo de desenvolvimento e evolução social; e Freud (1995), com seu estudo da subjetividade humana no contexto social, em que afirma ser o mal-estar inerente à vida civilizada, bem como o argumento de que o indivíduo está sempre em conflito com a cultura, já que esta tem como função regular seus desejos pessoais.

Foucault (2007), com sua preocupação em entender a disciplina a partir de seus fatores internos (estrutura que a sustenta, mecanismos acionados, interesses envolvidos) e as consequências (adestramento e docilização dos corpos) forneceu dados importantes para situar e compreender sua dinâmica na sociedade e na escola. Mostrou que o ato de disciplinar nem sempre serve a princípios nobres, pois em sua grande maioria está atrelado a programas de manipulação e esquadramento dos indivíduos aos interesses e desejos de alguns ou de um grupo que ocupa o poder.

Segundo Maffesoli (2004), o conflito faz parte do convívio humano, visto que nas formações sociais está sempre em jogo uma imensa diversidade de desejos, necessidades e interesses antagônicos que constantemente entram em choque. Mesmo quando recalcado, o conflito não deixa de existir; ao contrário, na maioria das vezes, ele retorna com mais força ainda. As tentativas de aniquilar sua existência podem até levar a um efeito imediato, como, por exemplo, camuflar suas consequências ou apagar momentaneamente seus aspectos mais evidentes, mas ele sempre estará à espreita, pronto para ressurgir nos atos privados ou nas ações públicas, de forma silenciosa ou ruidosa.

Outra possibilidade que se aponta é a de que o ato de contenção do conflito gere, em si, o próprio conflito, ou seja, as tentativas de impor a ordem produzem o que ela deseja eliminar, a desordem. O desejo de satisfação das individualidades acaba se insurgindo contra as imposições totalitárias que buscam, muitas vezes, homogeneizar os comportamentos, desconsiderando, com isso, a imensa diversidade que permeia a existência humana.

De acordo com Freud (1995), a ação humana se orienta pela necessidade de satisfação dos desejos pessoais e, dentre estes, um se destaca: o desejo de liberdade. Representa uma dimensão que acompanha a espécie humana desde sua infância e que é solapada pela civilização. Nesse sentido, os comportamentos indisciplinados podem representar um movimento de resistência às imposições e de reivindicação de espaço e liberdade. Como afirma Freud (1995, p. 116),

O que se faz sentir numa comunidade como desejo de liberdade pode ser uma revolta contra alguma injustiça existente, e desse modo esse desejo pode mostrar-se favorável a um maior desenvolvimento da civilização; pode permanecer compatível com a civilização.

As pequenas desordens causadas pela busca por liberdade podem servir de baliza para orientar as relações sociais e impedir que se imponham sistemas totalitários de poder em nome do princípio civilizatório da humanidade.

Pensando no processo de disciplinamento escolar, observa-se que o movimento é bem parecido com o que foi exposto acima. Professores e demais agentes educacionais se queixam de que não conseguem conter a indisciplina dos alunos, ainda quando se valem de sistemas rígidos de regras, com previsão, inclusive, de sanções punitivas. Alguns afirmam até que, cada vez mais, os alunos se comportam de maneira provocativa, transgredindo todo e qualquer tipo de ordem que se queira estabelecer e não aceitando as submissões vindas de outrem.

## Indisciplina e resistência ao poder disciplinar

O tema indisciplina escolar gera grande angústia e polêmica entre os que estão envolvidos com ele, direta e/ou indiretamente. Atualmente, tem atingido proporções tão amplas na esfera educacional que, em alguns casos, chega a ser o centro das preocupações de seus profissionais e toma grande parte das discussões na escola. O que acontece, na maioria das vezes, é que não se sabe ao certo como agir quando os alunos se comportam de maneira indisciplinada.

Mas, por que o ato de disciplinar se apresenta como algo tão difícil de ser efetivado no cotidiano das escolas? Talvez seja por conta de seu próprio sentido e finalidade, que ferem os princípios de liberdade e dessemelhança específicos da espécie humana. Como define Foucault (2007), em *Vigiar e Punir*, disciplina é uma técnica privilegiada de dominação social, utilizada para moldar minuciosamente os corpos humanos, dando-lhes docilidade e produtividade.

Foucault (2007) aponta a disciplina como uma maquinaria de poder que exerce forte pressão sobre o corpo, e que permite um controle minucioso daqueles que estão sob sua mira. Isso “[...] implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos” (FOUCAULT, 2007, p. 118).

Uma das características desse poder disciplinar, destacado por Foucault (2007), é a não utilização do corpo como alvo das penas e castigos. Busca-se privar a liberdade em vez de execrar o corpo. Isso porque se percebeu que o cerceamento do direito de ir e vir das pessoas e seu confinamento em instituições de controle facilitariam a modelação de seus corpos, dando-lhes docilidade e utilidade. Esse mecanismo possibilitaria mais economia ao poder, com impacto bem mais profundo e permanente na vida das pessoas. Pois “[...] estar proibido de mover-se é um símbolo poderosíssimo de impotência, de incapacidade e dor” (BAUMAM, 1999, p. 130).

Várias instituições se especializaram, nos séculos XVII e XVIII, na arte de disciplinar; entre elas destacam-se: orfanatos, internatos, asilos, hospitais, hospícios, exércitos, prisões, fábricas e escolas. Esses locais manipulavam e modelavam, de acordo com interesses ideológicos, os corpos dos indivíduos que estavam sob sua tutela, por meio dos mais variados instrumentos disciplinatórios. Na escola, o poder disciplinar passou por modificações ao longo do tempo. Instrumentos de punição foram substituídos por outros menos violentos ao corpo, porém não menos cruéis, já que as punições continuaram, se não com maior, pelo menos com a mesma intensidade.

Um dos principais objetivos do poder disciplinar era, segundo Foucault (2007), distribuir adequadamente os indivíduos no espaço. Eis algumas técnicas usadas para isso: *cercamento* – especificação de um lugar comum a todos e fechado em si mesmo; *quadriculamento* – cada indivíduo deve ter um lugar específico a fim de se evitar o contato com outros; *localizações funcionais* – distribuição em lugares produtivos e de fácil vigilância; e *fila* – disposição dos indivíduos em uma classificação serial e hierárquica. Ao estruturar e determinar lugares individuais, ficou possível o comando de cada um e o trabalho concomitante de todos, que se traduziu em uma nova economia de tempo de aprendizagem. Isso fez as instituições escolares funcionarem como *máquinas de ensinar*, vigiar, hierarquizar e recompensar.

Levando em consideração as ideias apresentadas por Foucault (2007) é possível, então, formular algumas conjecturas sobre a indisciplina. O ser humano não se deixa manipular e moldar tão facilmente como deseja o disciplinamento; pelo contrário, ainda que de forma aparentemente silenciosa, procura sempre preservar sua heterogeneidade, resistindo ao constante apelo de assujeitamento dos movimentos de unificação e esquadrinhamento. No espaço escolar, essa resistência pode ser entendida como uma maneira de demarcar e/ou sinalizar a existência de conflitos, o que contraria as tão desejadas harmonia e tranquilidade, frequentemente consideradas como “[...] pré-requisito para o bom aproveitamento do que é oferecido na escola” (REGO, 1996, p. 86). Os comportamentos indisciplinados abalam o paradigma da homogeneidade exigido aos alunos, sobressaltam e parecem pedir que seja posta em discussão a premissa da diferença como elemento estruturante das relações pedagógicas.

Como afirmou Freud (1995) e reitera Maffesoli (2004), a necessidade de satisfação dos desejos e interesses individuais é comum aos homens. Quando se sentem coagidos e manipulados por imposições arbitrárias, que desconsideram suas especificidades e diferenças, transgridem as regras como forma de manifestar insatisfação às normas repressoras e reivindicar o espaço e a liberdade que lhes foram negados pelo disciplinamento.

O cenário escolar retrata uma ambiência de constantes conflitos, gerados pelos diferentes desejos, interesses e necessidades de seus atores. Nesse jogo de forças, os mal-estares são inevitáveis e até mesmo salutares, já que, por meio deles, ficam explicitadas as marcas e diferenças dos agrupamentos humanos, o que possibilita o movimento cíclico de reflexão e reestruturação das relações sociais, a fim de se garantir a conservação da diversidade.

Freud (1995), em *O mal-estar na civilização*, faz uma análise dos mal-estares na cultura e afirma que conflitos, frustrações e sofrimentos fazem parte do cotidiano da humanidade e sempre estarão presentes nas relações que forem estabelecidas, pois o ato de civilizar, que torna possível a vida em sociedade, implica necessariamente a coibição das pulsões agressivas, cujo objetivo é a satisfação.

Na escola, o ato civilizador é simbolizado pela disciplina, visto que tem por função ajustar os alunos aos interesses e ao bem-estar coletivos (determinados pelos que ocupam o poder dominante na instituição). O disciplinamento cerceia o direito à liberdade e à satisfação ilimitada dos desejos pessoais e tem por finalidade inibir as pulsões dos alunos. Para se efetivar como normatização obrigatória, utiliza instrumentos como a repressão, a coação e as sanções punitivas.

Como afirma Freud (1995), o direito à liberdade é algo extremamente limitado na civilização, pois seu plano de normatização e disciplinamento impõe sérias restrições ao livre arbítrio e exige, por meio da justiça, que ninguém fuja a essas restrições. Só que, mesmo com toda essa situação desfavorável, o desejo de liberdade não deixa de existir entre os indivíduos, que buscam, por meio de revoltas ou de outros instrumentos disponíveis, garantir sua diversidade e sua liberdade, negadas pela civilização. Neste sentido,

[...] o impulso de liberdade, portanto, é dirigido contra formas e exigências específicas ou contra a civilização em geral. Não parece que qualquer influência possa induzir o homem a transformar sua natureza na de uma térmita. Indubitavelmente, ele sempre defenderá sua reivindicação à liberdade individual contra a vontade do grupo. Grande parte das lutas da humanidade centraliza-se em torno da tarefa única de encontrar uma acomodação conveniente – isto é, uma acomodação que traga felicidade – entre essa reivindicação do indivíduo e as reivindicações culturais do grupo [...]. (FREUD, 1995, p. 116).

A análise freudiana indica que há na sociedade civilizada uma necessidade premente de se buscar o equilíbrio entre as exigências individuais de seus membros e as exigências culturais do grupo, com a finalidade de diminuir as tensões geradas pelos interesses divergentes. Este equilíbrio possibilita, não que se elimine, mas que se torne suportável o mal-estar intrínseco à sociedade, e permite que as relações entre os *diferentes* possam ocorrer e ser sustentadas sem o holocausto dos mais fracos ou o aniquilamento geral da humanidade.

Na escola, que representa um espaço social civilizador, o equilíbrio entre os diferentes interesses e desejos dos sujeitos nem sempre é respeitado, pois há uma relação frequentemente construída e pautada no modelo mando-obediência, em que somente o professor (por meio da autoridade obtida pelo saber acumulado) é habilitado a agir e falar. Nessas condições, o professor estrutura sua prática pedagógica tomando como referência esse aluno que supostamente deve ser dócil e disciplinado.

Maffesoli (1985) afirma que as relações sociais se estabelecem com base nos princípios da moralidade e da ética, que assim se compõem em dois campos conflituais: de um lado a normatização (*dever-ser*) e do outro, a relativização (*querer-viver*) do que é constituído. A esse respeito o autor aponta os dois polos da relação social:

[...] a moral, que decreta um certo número de comportamentos, que determina os caminhos de um indivíduo ou de uma sociedade, que, numa só palavra, funciona com base na lógica do *dever-ser*, e a ética, que remete ao equilíbrio e à relativização recíproca dos diferentes valores que integram um dado sistema (grupo, comunidade, nação, povo, etc.). A ética é, antes de mais nada, a expressão de *querer viver* global e irreprimível; ela traduz a responsabilidade que este conjunto assume à sua continuidade. (MAFFESOLI, 1985, p. 21, grifos do autor).

Compreende-se que esta contraposição entre o *dever-ser* e o *querer-viver* se deve ao fato do perigo que pode representar o lado maléfico da moral totalitária, que desconsidera a pluralidade humana em nome da satisfação dos desejos de uns em relação aos desejos dos outros. Dessa forma, muitos dos comportamentos tidos como imorais podem ser classificados como *eticamente* válidos, visto que procuram manifestar insatisfação e discordância em relação à violação dos interesses individuais ou do grupo do qual se faz parte.

Não será inútil lembrar que foi sempre em nome do ‘dever ser’ moral que se instauraram as piores tiranias, assim como o suave totalitarismo da tecnoestrutura contemporânea a ele muito deve. Por outro lado, será difícil negar que muitas atitudes comumente qualificadas de imorais originam-se de uma inegável generosidade da maneira de ser. (MAFFESOLI, 1985, p. 21, grifo do autor).

Ao analisar as intenções que estão por trás do moralismo, Maffesoli (1985) salienta que elas aparecem mascaradas em supostos *ideais nobres*, com a promessa de resolverem os conflitos sociais e tornar possíveis as tão desejadas harmonia e paz entre todos. O que nem sempre fica claro, e isso ocorre de maneira proposital até, é que o real objetivo da moral é uniformizar as pessoas e transformá-las em massas incapazes de mobilização e de livre expressão.

A disciplina, seguindo o princípio moralizador, busca eliminar qualquer tipo de resistência ou insubordinação ao que é formulado e estabelecido como regra, isto é, mesmo que se reconheça a impossibilidade de se extinguir a indisciplina,



procura-se sua eliminação e, para isso, os agentes disciplinadores (detentores da moral) fazem uso de inúmeras estratégias, inclusive as opressivas e injustas. Contudo, fica explícita a importância da indisciplina para a própria sobrevivência da sociedade, cujo elemento fundador é a multiplicidade de expressões do coletivo. Como estratégias de luta, “[...] a partir do silêncio, da ilegalidade, da discricção, etc., nascem as práticas que asseguram as identidades de base e as resistências que lhes são correlatas” (MAFFESOLI, 1987, p. 126).

As práticas autoritárias empregadas nas relações sociais, com a intenção de planificar comportamentos, impor regras e reprimir desvios de conduta, acabam por ampliar tensões e conflitos no grupo. Os que estão sob a forte opressão da autoridade se utilizarão de estratégias de resistência para tentar impedir o êxito completo da dominação. Dessa forma,

[...] toda vez que os poderes instituídos neutralizam as diferenças, levando à submissão, à adaptação e deixam de considerar as forças coletivas dos diferentes grupos, há efeitos de ruptura que podem ocorrer tanto frontalmente (as fúrias urbanas, os arrombamentos), como através da violência banal, isto é, das resistências passivas que aparentemente se integram ao instituído, mas que, na realidade, se opõem a ele, subvertendo o poder silenciosamente. (GUIMARÃES, 1996, p. 76).

Essas rupturas e resistências às determinações externas podem ser percebidas, segundo Maffesoli (1987), como estratégias de recusa à subjugação total e de sobrevivência individual ou social às imposições das normas. Esse movimento descontínuo de lutas e desvios é tido como necessário para equilibrar as forças sociais. Entendido assim, pode-se presumir que fenômenos como a indisciplina expressam a dinâmica intensiva das relações e experiências coletivas, recheadas de conflitos e pequenas desordens da vida diária. Essas manifestações serão, então, compreendidas como *saudáveis*, ao contrário da quase unânime opinião de que devem ser eliminadas para que haja verdadeira harmonia na organização social.

Nas relações sociais, os conflitos e a resistência são inevitáveis, para não dizer indispensáveis à existência da sociedade. Quando se pretende eliminar as múltiplas formas de manifestação do coletivo, corre-se o risco de impossibilitar o desenvolvimento e a evolução do homem nas organizações de que faz parte. Mesmo que se queira negar ou esconder a existência do “[...] querer-viver [...]” social (MAFFESOLI, 1987, p. 126), ele sempre estará presente e buscará diferentes formas de se expressar. Se não encontra lugares e momentos para se manifestar, emerge de forma súbita, por vezes explosiva, como indisciplina incontrolável ou violência, que agrava ainda mais as tensões causadas pelo mal-estar nas relações sociais.

O professor, com o pretexto de manter a ordem, para assim garantir seu lugar na hierarquia da instituição, com frequência deixa de levar em conta a complexa teia de relações que é formada na sala de aula. Sem percepção da coletividade heterogênea que compõe seu espaço de trabalho (ou melhor, sem querer reconhecê-la), o professor tenta, mesmo que de modo improficuo, normatizar o comportamento de seus alunos, na esperança de eliminar os conflitos existentes e prevenir os que poderão surgir. Em contrapartida, a compreensão do aluno como uma pessoa plural, inserida num mundo policultural, tende a integrar o conflito como mais um elemento desse espaço. Ao ser vivido coletivamente e de forma diluída na dinâmica social, o conflito se torna mais ou menos inofensivo, como sustenta Maffesoli (2004).

A sala de aula, marcada por uma agitação natural, em razão de sua diversidade, inconstância e incerteza, impossibilita o sucesso de qualquer tentativa de controle totalitário, mesmo que, no início, isso pareça funcionar com alguns alunos. Convém salientar que todos buscam de maneira pulsional o querer-viver que impede a imposição de modelos autoritários. Em razão disso, quanto maiores forem a imposição e a repressão, por meio do poder disciplinar, maior será a indisciplina dos alunos na tentativa de garantir as forças que assegurem seus espaços e identidades. Com esse entendimento, observa-se, então, que,

[...] na sua ambiguidade, a indisciplina não expressa apenas ódio, raiva, vingança, mas também uma forma de interromper as pressões do controle homogeneizador imposto pela escola. Tanto nas brigas (envolvendo alunos, professores e diretores) como nas brincadeiras, existe uma duplicidade que, ao garantir a expressão de forças heterogêneas, assegura a coesão dos alunos, pois eles passam a partilhar de emoções que fundam o sentimento da vida coletiva. (MAFFESOLI, 2004, p. 79).

Tendo em vista tais evidências, não há como negar a existência e o papel inelutável da indisciplina. A possibilidade que se apresenta então, como afirma Maffesoli (2004), é a de se *negociar* com ela a fim de minimizar seus possíveis danos ao processo de civilização e, pensando na escola, ao processo de ensino e aprendizagem.

A perspectiva psicanalítica talvez pudesse contribuir para essa *negociação*, pois dar voz aos sujeitos é uma forma interessante de perceber suas necessidades, pensamentos, desejos e sentimentos, ainda que seja de maneira superficial. Ao estabelecer um espaço onde é possível falar e ser ouvido demarca-se também um lugar para o recalcado, para a ritualização do querer-viver e da potência, onde fenômenos como a indisciplina poderão ser abordados e tratados, considerando todos os envolvidos e interessados.

## O enfrentamento da indisciplina escolar

O que pensam e sentem os professores em relação à indisciplina dos alunos? Como lidam com esse fenômeno em seu cotidiano? Que resultados têm atingido com as estratégias utilizadas em seu enfrentamento? Essas e outras questões serão analisadas a seguir, tomando como referência os relatos de professores que atuam no ensino fundamental de uma escola pública da cidade de Cruzeiro do Sul-AC.

Os professores associam disciplina ao respeito às hierarquias constituídas. Há, no geral, um apelo muito forte ao reconhecimento dos papéis que eles representam e do peso desses papéis em relação aos alunos e à sociedade. Como exemplo, a menção de que o professor deveria ser respeitado pela experiência, formação, conhecimento e função que ocupa. Esse reconhecimento, acreditam, tornaria possível estabelecer a ordem e a autoridade necessárias ao bom convívio social. Esse raciocínio pode ser acompanhado na definição que uma das professoras faz de disciplina: *Eu acho que é quando tem o respeito, o aluno sabe respeitar tanto o professor como os colegas, ele sabe a posição dele como aluno, eu acho que é por aí.* (Professora 3).

Mas, o que os professores querem dizer quando associam disciplina a respeito? Que compreensão têm de respeito?

Atribuem ao binômio disciplina-respeito alguns comportamentos que devem ser aprendidos antes de se entrar na escola, pois representam pré-requisitos para o desenvolvimento das atividades educacionais. No seguinte relato fica evidente tal pensamento sobre disciplina-respeito: *[...] Eu acredito que seja assim, que os alunos tenham aqueles valores de pedir licença, de dizer por favor para os colegas, usar aqueles valores que a família tinha que ter ensinado. Se tivéssemos uma sala assim seria um sonho!* (Professora 12).

Os professores se sentem desprestigiados e ofendidos quando o aluno não obedece a suas ordens. Para eles, o respeito é considerado condição *sine qua non* para a disciplina, encarada como elemento essencial e garantidor de êxito do processo educacional.

Outra grande preocupação, ligada à anterior, é não conseguir executar o planejamento tal qual foi elaborado. Quando não é possível realizar o que se estabeleceu previamente no plano de aula, surge a sensação de que não houve aprendizagem e, portanto, de dever não cumprido. A consequência é o sentimento de frustração, que muitas vezes imobiliza e desorienta o professor. O relato a seguir deixa claro aquilo que a maioria dos professores pensa sobre a importância da disciplina:

A disciplina é importantíssima! Muitas vezes a gente planeja uma aula, pensa em mil coisas, mas quando chega, você não conta com o principal, que é a ordem que os alunos têm que ter. [...] A gente tem a maior boa vontade, você procura

conduzir as coisas da melhor forma possível, explica a atividade como é que é, e tem horas que você vai ver, nada do que você pediu eles estão fazendo. Parece que entendem o contrário. (Professora 4).

Associam a indisciplina ao não reconhecimento, por parte do aluno, da hierarquia presente na escola. O aluno indisciplinado, por não ter ciência dos papéis que devem ser exercidos por ele e por seus superiores, na dinâmica escolar, se comporta de maneira desrespeitosa e não cumpre o ritual exigido pelo sistema de regras da instituição. Como diz uma professora:

Indisciplina para mim é essa falta de valor que hoje não tem mais. Muitos alunos aqui não sabem o que é um funcionário da escola, o que é diretor, o que é coordenador, o que é nada! Eles tratam todo mundo da mesma forma, não tem aquela hierarquia. Tratam o diretor como o colega deles que está sentado do lado. Eu acho isso uma falta de respeito, porque se não conseguem se colocar no lugar do outro, nunca vão conseguir ser alguém, conseguir alguma coisa na vida [...]. (Professora 4).

Outro ponto que move muitas discussões é o estudo das causas da indisciplina. Na maioria das descrições feitas pelos professores, constata-se uma explicação unilateral, que culpabiliza a família pelos comportamentos indisciplinados dos alunos. Uma das principais alegações é a atual estrutura familiar das crianças.

A questão família, filhos de pais separados. Se a gente for investigar em nossa sala de aula, a maioria das nossas crianças e adolescentes, ou eles vivem só com o pai ou só com a mãe, vivem com a avó [...]. Então, eu acho que a família é a maior responsável pela indisciplina... (Professora 2).

A crença de que a família seja responsável, por si só, pela formação dos dispositivos disciplinares pré-exigidos para a entrada da criança na escola, se pauta inevitavelmente em um conglomerado de hipóteses sobre o funcionamento da família e da sociedade em geral, que nem sempre condizem com a realidade.

A escola está centrada num modelo ideal de família, que se dedica à educação dos filhos, que adota os valores de dominação dos impulsos e das paixões, da formação dos bons hábitos e do respeito ou submissão à autoridade dos adultos. Entretanto, no mundo atual esse modelo é pouco percebido e, para alguns, nunca conseguiu se concretizar de fato. Isso gera grande frustração naqueles que se apoiam nessa perspectiva de família ideal.

Para lidar com a indisciplina, as seguintes estratégias são usuais: conversa em particular com o aluno; encaminhamento dos casos para a coordenação e/ou direção da escola; solicitação da presença dos pais para reclamarem dos maus comportamentos dos seus filhos; expulsão da sala de aula; exclusão das atividades que estão sendo realizadas; tratamento de indiferença e desprezo; e ameaça de diminuição de pontos na avaliação bimestral.

Entre as estratégias destacadas, uma foi recorrente nas falas dos professores: a conversa individual reservada com o aluno indisciplinado. Os professores afirmam que essa estratégia consegue dar conta de resolver momentaneamente o problema, mas, na maioria das vezes, não cumpre a principal função que dela se espera, que é a de conter a indisciplina.

Eu converso com o aluno, eu aconselho e aí quando a gente não resolve conversando com o aluno a gente comunica para a equipe gestora da escola e a gente procura chamar a família para conversar. Infelizmente não tem surtido efeito positivo, o aluno continua do mesmo jeito. (Professora 9).

Resta saber, para a compreensão dessa perspectiva, que tipo de conversa vem sendo utilizada pelo professor nas abordagens feitas aos alunos indisciplinados: diálogo ou sermão?

Em muitas das falas nota-se que a conversa que afirmam realizar com os alunos se aproxima mais a um sermão do que a um diálogo, como pode ser percebido a seguir:

Eu acho que sou muito rígida com eles, eu procuro atacar na ferida mesmo, eu procuro enfiar o dedo e dizer *tá doendo?* Eu sempre digo pra eles assim, *olha, se você reage assim hoje quem você será amanhã? Você tem que prestar atenção, se você age assim, amanhã outra pessoa vai agir assim com você e você não vai gostar.* Eu procuro sempre dizer pra eles que eles têm que ter um bom comportamento, seguir regras, seguir normas, porque o mundo segue ordens [...]. (Professora 8).

Os professores afirmam fazer tudo o que podem para ajudar os alunos, mas mesmo assim têm dificuldades para lidar com os casos de indisciplina. O que mais se percebe entre os docentes é o sentimento de frustração causado pelas tentativas mal sucedidas de disciplinamento dos alunos. Quando compreendem que construir um ambiente harmonioso e sem conflitos é uma *missão impossível*, se sentem fragilizados e sem saber como agir. Assim descreve uma professora:

Eu me sinto amarrada, impotente com essa situação, sabe o que é aquele tipo de aluno cínico, que você está falando com ele, se você baixar a cabeça, ele não tem coragem de falar na tua cara, fica só resmungando? Com a experiência de sala a gente consegue de longe perceber o que ele tá querendo dizer. (Professora 4).

Parte dessa frustração se explica pelo fato de não ser encontrado, na prática, o aluno idealizado. Passa pelo desejo da maioria dos professores trabalhar com alunos que obedeçam a suas ordens sem maiores questionamentos, façam suas atividades/deveres com empenho e capricho, tenham boas maneiras de falar e de se comportar e saibam respeitar os diferentes papéis da hierarquia estabelecida na escola.

Quando o professor não consegue ser contemplado em suas inúmeras, e até certo ponto ilusórias, expectativas em relação aos alunos, geralmente perde o controle e *sai do sério*, como é dito por muitos, ou culpabiliza outrem pelo seu suposto fracasso. O fato é que o professor se sente afrontado em sua autoridade, que para ele deveria ser respeitada prontamente pelo aluno, em virtude da posição que ocupa.

Os professores reivindicam autonomia para lidar com a indisciplina e afirmam que os problemas em sua sala de aula se agravam a cada dia, chegando a proporções insuportáveis, porque lhes foram confiscados os únicos instrumentos que poderiam minimizar as situações de mal-estar que vivenciam em sala (sanções punitivas de ordem física).

Nas situações em que os professores assumem o encaminhamento do processo disciplinar, na tentativa de eliminar o problema, suas ações se revestem do caráter de uma luta corpo a corpo, de um combate frontal com o aluno, não obstante eles se deem conta de que, quanto mais se intenta reprimir e negar a indisciplina, mais ela se manifesta. Isto fica evidente na declaração de uma professora:

[...] O ano passado teve um que deu bastante trabalho, a chegar não querer fazer [...]. A gente tentava ser mais rígida com ele, mas quanto mais eu era rígida mais ele era resistente, aí a gente foi relevando mais, na calma pra ver, mas mesmo assim foi difícil, e essa criança não conseguiu. Até podia ser que na última avaliação ela talvez até tivesse conseguido, pois era inteligente. Ele ficou reprovado por conta da indisciplina. (Professora 3).

Revelou-se como marca dos relatos a dificuldade que os professores têm de perceber o aluno como outro sujeito, com desejos, interesses e necessidades diferentes de si e que pede para ser visto e escutado. A maioria afirmou, em

meio a inúmeras hesitações e pausas na fala, nunca ter parado para refletir sobre o que o aluno rotulado como indisciplinado pensa e sente em relação ao professor e aos colegas quando é tratado de forma vexatória e excludente. Isto pode ser observado na seguinte exposição de uma professora: *Eu nunca parei pra pensar nisso... [hesitação] deve se sentir excluído, diferente dos demais [hesitação e silêncio]*. (Professora 7).

Dos poucos professores que conseguiram falar sobre o aluno, uns enfatizam que estes se sentem superiores aos professores, o que faz com que se sintam autorizados a passar por cima da autoridade docente. Outros consideram que o aluno se vê excluído, rejeitado e sem o afeto do professor e dos colegas.

Três professores, dos 18 entrevistados, reconheceram que o aluno indisciplinado é a grande vítima dessa história. Admitiram que transgredir regras e normas, muitas vezes, é a única forma de se fazer ouvir e notar na sala de aula. Na dinâmica homogeneizadora utilizada por quase todas as escolas, para enquadrar seus alunos a padrões pré-estabelecidos, quase não há espaço de expressão livre e oportunidade de participação. Os alunos que resolvem resistir às pressões de ajuste ao sistema de regras, as quais na maioria das vezes são impostas de maneira autoritária e arbitrária, se sentem rejeitados e excluídos do grupo, como relata uma professora: *[...] às vezes ele [o aluno] se sente excluído, por isso é que chama a atenção. Como está lá no canto e ninguém o nota, então tem que fazer algo para ser notado, tanto pelo professor quanto pelos colegas. [...]*. (Professora 14).

O aluno indisciplinado também constrói a ideia de que o professor não gosta dele e que por isso o trata de forma desprezível. Muitos dos alunos que enfrentam essa situação vêm de histórias bem sofridas e quando chegam à escola, ao invés de receberem ajuda e compreensão, são tratados com menosprezo e têm sua condição de agonia e exclusão reforçadas. A fala de um professor mostra como o aluno se vê nesta situação:

A primeira sensação que o aluno tem é que o professor não gosta dele. A primeira sensação que vem no professor é a figura dos pais ou das mães, porque muitas vezes odeiam os pais e por conta disso, muitas vezes, relacionam as figuras. E dizem: 'Ah, esse professor é igual ao meu pai, não me entende e acha que eu sou um nada!' Com relação aos colegas, se sente o bobo da corte, alguns riem por tudo que eles fazem, às vezes até acham que aquilo é importante, mas no fundo sabem que não é. Mas fazem de tudo para chamar a atenção e ganhar o carinho do professor. Quando o aluno está muito peralta, muito indisciplinado, ele está dizendo, *me ajude, professor!* E às vezes é entendido de outra forma. (Professor 1).

## Considerações finais

Ao que indicam as pesquisas e a literatura especializada, a indisciplina, do mesmo modo que outras formas de conflito e tensão, é própria – para não dizer inevitável – ao cotidiano escolar. Mesmo que se pretenda eliminá-la, qualquer esforço nesse sentido corre o risco de resultar em tentativas frustradas e/ou fracassadas.

Não há como se eliminar a indisciplina da escola, pois ela sempre esteve e continuará presente, impondo-se de forma resistente, com barulho ou com silêncio, contra todo e qualquer movimento de repressão. Mesmo as lembranças saudosistas do passado, que insistem em fazer acreditar na inexistência de situações conflituosas em sala de aula, trazem consigo rastros de inconformismo por parte dos alunos (e agora professores) em relação aos tratamentos dados pela escola. Isso quer dizer que até na aparente conformidade e ajustamento de épocas anteriores havia resistência às imposições autoritárias, com a diferença de que os transgressores eram severamente punidos, com castigos que afligiam o corpo, com aplicação de dores físicas, e também a alma, por meio da disciplina rígida.

Apesar dessa constatação, o professor estrutura sua prática alicerçado em modelos ideais de família e de aluno, sem atentar para a imensa diversidade que compõe sua sala de aula, o que acarreta grande angústia e frustração, por conta dos descompassos entre o real e a sua representação. Talvez esteja aqui uma das chaves para a compreensão da indisciplina escolar. O professor espera receber em sua sala de aula alunos que não tenham dificuldade de aprender, que tragam os conhecimentos prévios necessários à série em que estudam, que consigam se relacionar bem com as outras pessoas, que saibam receber e cumprir ordens, que não sejam muito questionadores e que se comportem conforme os *bons costumes* (utilizando expressões como *com licença, por favor, obrigado*). Idealizam também uma família *estruturada* com pai, mãe e filhos, em que o pai seja o provedor do lar e a mãe se dedique ao cuidado e educação das crianças, como pré-condição para que os alunos tenham um bom desempenho escolar.

O mais preocupante é que toda a prática pedagógica escolar gira em torno desse estereótipo de aluno, que na verdade não existe, ou se existe não é em grande número. Quando os alunos reais se deparam com essa estrutura escolar há um grande choque, pois, por mais que desejem e se esforcem, não conseguem se adequar às exigências que lhes são impostas. O desajustamento ao modelo escolar é concebido, então, como indisciplina.

As tensões e mal-estares causados com essa aparente desordem provocam grande angústia e frustração nos professores, que veem todo seu esforço e planejamento educacional comprometidos, o que, segundo eles, inviabiliza o bom resultado do



processo de ensino e aprendizagem. É forte, entre os educadores, a sensação de fracasso, pois, como dizem, por conta da indisciplina não conseguem cumprir seu papel de normalizadores e de transmissores dos conhecimentos adquiridos, o que fragiliza cada vez mais sua imagem diante dos próprios alunos e da sociedade em geral.

A questão que surge então é, por que não fazer menos especulações ou representações imaginárias e trabalhar mais abertamente com a realidade que se impõe na sala de aula? Tratar os alunos como diferentes entre si, vindos de contextos sociais, culturais e econômicos diversos, com famílias, experiências, limites, potenciais e necessidades específicas, não diminuiria as frustrações causadas pelos descompassos da escola?

O que se percebe, também, é que há urgência em se discutir e estudar amplamente o tema indisciplina na escola, pois os professores relatam não ter construído fundamentos teóricos sobre o assunto em seus cursos de formação inicial e continuada, razão pela qual têm que se apoiar apenas nos saberes da experiência. Muito do que se utiliza na prática para conduzir as situações de indisciplina é baseado na intuição. Entre erros e acertos, os professores vão sustentando a relação pedagógica, que muitas vezes se mantém de forma precária, com professores e alunos chegando até mesmo ao ponto de se agredirem fisicamente, por conta dos inúmeros antagonismos da sala de aula, ou, em poucas ocasiões, a seu inverso, em que há o equilíbrio entre os diferentes desejos e necessidades dos vários sujeitos envolvidos, de forma participativa e democrática.

Pelo que foi apresentado no corpo do trabalho, a partir de pressupostos teóricos e de dados obtidos com os próprios sujeitos da pesquisa, observa-se que a conversa, em seu formato dialógico, pode sim constituir um excelente articulador das *boas relações sociais*; mas quando se apresenta como sermão, pode suscitar o seu contrário. O que se averiguou foi justamente que as conversas utilizadas pelos professores correspondem, na verdade, a sermões, pois se estruturam de forma unidirecional. São monólogos, com uma perspectiva moralista, em que os alunos são repreendidos severamente na tentativa de serem convencidos de seus maus comportamentos.

A partir do momento em que o professor deixa de tratar o aluno como apenas um número e é capaz de reconhecer as peculiaridades, os desejos e as necessidades que o compõem, suas práticas pedagógicas ganham outro contorno, possibilitando uma maior compreensão e ajuda no processo de desenvolvimento de cada um. Ações mais inclusivas, que facilitem a participação ativa de todos, e o respeito às diversidades podem fazer toda diferença na estruturação das práticas pedagógico-escolares, na medida em que minimizam os efeitos prejudiciais dos comportamentos indisciplinados dos alunos e otimizam as energias escolares para a produção e aprendizagem de novos conhecimentos.

Para finalizar, vale ressaltar que estabelecer posturas como as expostas acima e compor espaços educacionais mais participativos e democráticos não eliminará os mal-estares e tensões típicas do cotidiano escolar. Os conflitos são inerentes à

civilização e, portanto, onde houver grupos sociais, aí existirão oscilação de poder e jogos de forças, o que gerará desconforto e crise, causados pelo constante movimento de ajustes e reorganizações em busca de sustentação da relação entre os homens. Diante dessa evidência, fenômenos como a indisciplina precisam ser considerados numa outra perspectiva menos *negativa*, como inerentes ao cotidiano da escola.

## Referências

AQUINO, Julio Groppa. (Org.). **Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas**. São Paulo: Moderna, 2003.

\_\_\_\_\_. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

BAUMAM, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto editora, 1994.

ESTRELA, Maria Tereza. **Relação Pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. Portugal: Porto editora, 1992.

FLEURI, Reinaldo M. **Entre disciplina e rebeldia na escola**. Brasília, DF: Liber Livro, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramallete. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FREUD, Sigmund. O Mal-estar na Civilização. (1930). In: **Obras Completas de Sigmund Freud**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

GATTI, Bernardete A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília, DF: Liber Livro, 2005.

GOTZENS, Concepción. **A disciplina escolar: prevenção e intervenção nos problemas de comportamento**. 2. ed. Porto Alegre: Art. Med. Editora, 2003.

GUIMARÃES, Áurea M. Indisciplina e violência: a ambiguidade dos conflitos na escola. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. 8. ed. São Paulo: Summus, 1996.

LA TAILLE, Yves. A escola e os valores: a ação do professor. In: LA TAILLE, Yves; PEDRO-SILVA, Nelson; JUSTO, José Sterza. **Indisciplina/disciplina: ética, moral e ação do professor**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

\_\_\_\_\_. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, J. G. (Org.) **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

MAFFESOLI, Michel. **A parte do diabo: resumo da subversão pós-moderna**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica da violência**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1987.

\_\_\_\_\_. **A sombra de Dionísio: contribuição a uma sociologia da orgia**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

PEDRO-SILVA, Nelson. **Ética, indisciplina e violência nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2004.

REGO, Teresa C. R. A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva vygotskiana. In: AQUINO, J. G. (Org.) **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.